
À NOTÍCIA: UMA PRÁTICA DISCURSIVA, ÀS VEZES DESUMANA

JOÃO CARLOS CATTELAN*

LUCIANE THOMÉ SCHRÖDER**

RESUMO

Neste artigo, analisando de uma forma mais demorada o episódio do seqüestro de uma família e as práticas discursivas das duas rádios que cobriram o evento e, de uma forma mais rápida, um conjunto de enunciados pinçados pontualmente de noticiários televisivos, procura-se chamar a atenção para algumas atitudes dos meios de comunicação (como o auto-elogio, o demérito do concorrente e a busca de hegemonia dentro de um campo discursivo) que não hesitam em usar as oportunidades que aparecem para se promoverem, mesmo que vidas humanas estejam em risco.

PALAVRAS-CHAVE: lastro cultural, práticas discursivas, notícias.

À GUIA DE INTRODUÇÃO

Para Foucault (1996), a entrada no campo dos discursos é uma atividade que, assim como ele, muitas pessoas gostariam de não ter que começar, ficando, desde sempre, do lado de fora dela, sem terem que se arriscar frente ao que ela tem de “singular, terrível, talvez de maléfica” (p. 6), o que chama a atenção para a impossibilidade de escapar da temível materialidade e duração imprevisível que a caracterizam. De acordo com o autor, a entrada na ordem do discurso, portanto, seria uma atividade temerária. No entanto, ainda de acordo com esse pensador

* Professor Doutor da Unioeste, do Curso de Letras, com sede no campus de Marechal Cândido Rondon, e do curso de Mestrado em Letras, com sede no campus de Cascavel.

E-mail: cattelan@brturbo.com.br

** Professora da Univel e discente do Mestrado em Letras, com sede no campus de Cascavel.

E-mail: ltschroder@brturbo.com.br

francês, a esse temor diante do discurso, as instituições respondem que “não têm por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o desonra e o desarma” (1996, p. 7). Assim, a timidez e o temor perante a fala se devem mais ao medo humano de avaliação do outro do que propriamente a algum poder intrínseco que venha propriamente do discurso.

Para o autor, o temor imposto pelo discurso não se justifica, na medida em que ele é revelador de outro medo, o das próprias instituições, que se incumbem de dissolver as ameaças, os poderes e os perigos que a atividade discursiva poderia representar. Não haveria, portanto, motivos para a covardia frente ao discurso, pois as práticas culturais e sociais se encarregam de discipliná-lo, eliminando as “lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades” (1996, p. 8). Não se deveria temer assumir o discurso, pois as dissensões, as contradições e os embates escondidos em cada enunciado estariam reduzidos em suas asperezas, dado o controle e a seleção organizada por cada instituição sobre o que pode e deve ser dito e sobre quem pode e deve fazê-lo.

Nas afirmações de Foucault (1996) percebe-se a denúncia de uma trama paradoxal que, se por um lado mostra o discurso como o lugar do apaziguamento e da serenidade enunciativa, por outro, revela-o como o lugar da determinação socialmente regrada de como exercê-lo: o apaziguamento viria da instituição que legitima o dizer e o põe na ordem das regularidades, tirando a responsabilidade daquele que enuncia, já que ele pode remeter a origem do discurso à instituição; o limiar temerário, porém, em que o enunciador se coloca se deve ao fato de que ele deve fazê-lo assim como as instituições determinam que seja feito, sendo passível de sanções, punições e penalidades, eventualmente de banimentos, se vier a transgredir as regras enunciativas a que deve obedecer. Para o autor, “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e

perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 9).

Eis traçado o caminho por onde este texto deve andar e o ponto de vista que se pretende demonstrar no decorrer das análises: interdições, exclusões, rarefações, supressões e obrigações se denunciam em cada enunciado produzido, revelando a assunção de um efeito de sentido em concomitância com a rejeição de outro, negado e mantido à distância; a negação de um discurso e a afirmação de outro, não só no plano da materialidade das coisas ditas, mas também no das reveladas pela recuperação da zona implícita que sustenta cada discurso, reduzindo, aparentemente, as suas asperezas e naturalizando um dizer que simula não ter outra forma.

Este texto se propõe a analisar os discursos proferidos por duas emissoras de rádio que cobriram um seqüestro com duração de sete dias e a desvendar os processos enunciativos levados a efeito durante a cobertura realizada, postulando, assim como afirma Foucault (1996), que cada uma das instituições define os procedimentos enunciativos dos seus representantes, levando-os a elogiar a emissora a que pertencem, a desmerecer a concorrente e a rarefazer as vozes dignas de se manifestarem em seus microfones. A análise se deterá mais enfaticamente sobre este objeto de estudo, embora, na parte final, alguns enunciados da grande mídia sejam trazidos para a discussão, com o intuito de corroborar as análises feitas.

Assume-se, desde já, a tese de que os meios de comunicação se caracterizam pela competitividade e se valem, às vezes, de procedimentos pouco ortodoxos para atingirem o objetivo de se mostrarem superiores aos concorrentes. Além disso, buscam a promoção de pessoas alinhadas com sua visão de mundo, visto que o discurso

não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cansa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo

que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 1996, p. 10)

É o que se revela nos discursos das duas emissoras de rádio e nos demais enunciados trazidos para a reflexão. “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 1996, p. 9): eis os três princípios de interdição e de rarefação que organizam os enunciados destacados à frente, revelando que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (p. 9).

O OBJETO DE TRABALHO

Numa “cidadezinha qualquer”¹ (diria o poeta e complementarista com o desabafo: “eta vida besta, meus Deus”), ocorreu um fato que não poderia deixar de chamar a atenção pela repetição com que acontecia e pela duração temporal que ocupou. Vivendo nessa cidade interiorana não familiarizada com esse tipo de acontecimento, a população não tinha outra saída a não ser lhe dedicar atenção e fazê-lo tema das conversas, já que se referia a um episódio violento e punha em risco a vida de pessoas. Acostumada ao sensacionalismo da televisão brasileira, era de se esperar que o evento cativasse a atenção da população, fosse pelo inusitado da situação, ou pela morte que se prenunciava: parece não haver tema que mexa mais com as pessoas do que a violência, embora sexo e poder também sejam recorrentes. Como afirma Foucault (1999a, p. 18), “o começo histórico é baixo. Não só no sentido de modesto ou discreto como o passo da pomba, mas de derrisório e irônico, próprio a desfazer as ênfases”.

Mas, afinal, que episódio foi esse? Um grupo de marginais, evadidos da penitenciária, invadiu uma residência, enquanto as pessoas dormiam, fazendo reféns os três componentes da família: pai, mãe e filho. Enquanto os componentes do grupo de seqüestradores mantinham

sob sua guarda a mulher e o menino, o homem foi incumbido de ir à sua empresa (uma operadora de câmbio) e levantar o valor exigido para o resgate. Acontece que, ao ser liberado para a tarefa, o homem avisou a polícia, que cercou a casa, fez alarde com as sirenes, encurralando os meliantes, juntamente com a mulher e a criança, e criando um impasse que se alongou por uma semana. Evento, sem dúvida, estranho e chocante para uma pacata cidade do interior.

Criado o impasse, ninguém mais saiu ou entrou na casa, exceto quando os alimentos começaram a escassear, ficando, então, ao encargo de um médico a tarefa de levar mantimentos para os reclusos, o que era feito por meio de um túnel armado para esta finalidade. Três vezes ao dia, o médico entrava na casa, verificava o estado de saúde das pessoas e relatava para a polícia e os demais o que ocorria no interior da residência. Não é necessário relatar a apreensão e o medo que tomavam conta dos familiares que estavam de fora e se pode adivinhar a situação de estresse vivida por todos os que se encontravam dentro da casa; até porque se faziam buzinações e panelaços noite afora, para evitar o descanso por parte de quem se encontrava em seu interior, fosse meliante ou não.

A partir de certo momento, um grupo de operações especiais da polícia assumiu o comando das atividades, passando a polícia local à condição de coadjuvante. A certa altura, o próprio secretário estadual de segurança passou a acompanhar o desenrolar dos fatos, comandando, em pessoa, as operações dos homens da corporação. A população contribuía como lhe era solicitado, ajudando a manter os faróis de alguns carros acesas e projetados sobre a casa, buzinas soando e motores roncando, buscando alcançar o objetivo de fazer os bandidos se entregarem. As duas rádios da cidade, que, de início, se limitaram a emitir informes seguidos sobre o que acontecia, passaram a cobrir ininterruptamente o episódio. E assim chegou-se ao ponto que realmente importa: a entrada em cena das duas emissoras locais de rádio e a cobertura que ambas realizaram. A cobertura era idêntica, com os mesmos comportamentos

institucionais e as mesmas práticas discursivas, com apenas algumas vozes podendo se pronunciar em cada emissora e com um conjunto de enunciados que atendiam aos mesmos objetivos, revelando que,

no fundo, em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que a atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade. (FOUCAULT, 1999a, p. 179)

BUSCANDO ORGANIZAR O TERRENO

Das inúmeras horas de gravação sobre o evento existentes nas emissoras, hoje, restam pouco mais de cinquenta horas, uma amostra representativa da cobertura feita e mantida para eventuais sindicâncias ou levantamentos. No entanto, embora a maior parte do material gravado tenha sido inutilizada, é possível demonstrar os eixos axiológicos das práticas discursivas levadas a efeito pelas duas rádios. No material analisado, os princípios organizacionais do discurso se revelam em sua plenitude: são eles que se pretende elucidar adiante, por meio do agrupamento dos enunciados em torno dos três eixos temáticos percebidos como determinadores da atividade discursiva, indicando, conforme afirma Foucault (1999a, p. 28), que “as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta”.

Em linhas gerais, o que chamava a atenção durante a cobertura efetuada pelas rádios era que o discurso proferido por ambas podia ser arranjado em três planos enunciativos distintos, que, “se estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva” (FOUCAULT,

1995, p. 61). O primeiro deles, travestido de um caráter mais informativo e referencial, buscava trazer aos ouvintes os acontecimentos que iam se desenrolando. Nessas ocasiões, os enunciados davam conta dos fatos ocorridos durante a noite:

1. Vários moradores se revezaram na tarefa de buzinar seus carros diante da residência
2. Algumas pessoas, com lanternas, ajudaram a manter iluminada a casa, que continua cercada pela polícia
3. Um tiro foi disparado para o alto por um dos bandidos, hoje pela manhã, aproximadamente às oito horas
4. Às duas horas da manhã, um policial entrou na casa levando um tubo de 20 litros de água

e também do que ia acontecendo durante o dia:

5. Neste momento, o doutor x acaba de entrar na casa, levando o café para os bandidos
6. Um dos bandidos disse que quer falar com sua mãe, que mora em Santa Catarina
7. Os policiais continuam a postos diante da casa
8. A partir deste momento, o grupo de operações especiais da polícia assumiu o comando das operações.

Os enunciados que podiam ser arrebanhados sob este princípio organizacional, tinham como objetivo principal “manter informada a população sobre os fatos que se desenrola(va)m”. Nestes casos, a linguagem era usada na sua função referencial, estratégia que, no entanto, deve ser mantida sob suspeição, uma vez que, essas informações, dadas “ao vivo”, “simultaneamente” e “em tempo real”, acabavam por permitir que as emissoras de rádio fizessem alusões positivas à cobertura que cada uma delas realizava.

Se for levado em consideração o suposto objetivo de informar com isenção, pretendido pelos meios de comunicação, os enunciados deste conjunto cumpririam, de uma forma bem comportada, a função

de manter os ouvintes informados sobre os episódios que transcorriam. Porém, observados os outros dois conjuntos de enunciados a seguir, esse viés aparentemente objetivo e especular em relação ao mundo deve ser posto sob suspeita, já que, deles, as emissoras faziam derivar um conjunto de enunciados laudatórios em relação ao trabalho que realizavam.

O segundo plano enunciativo demonstrava ter como fio condutor a emissão explícita de juízos de valor positivos sobre o trabalho de cobertura realizado. Com afirmações² como

9. A rádio x foi a primeira a começar a cobrir ininterruptamente o triste episódio que se abateu sobre a família x
10. Nós temos feito todo o possível para mantermos nossos ouvintes a par dos acontecimentos
11. Apenas a radio x mantém seus ouvintes informados em tempo real
12. Nossos repórteres têm se esforçado para trazerem sempre em primeira mão o que está acontecendo,

as rádios, paralelamente ao viés informativo exemplificado acima, buscavam, ao mesmo tempo, enaltecer o próprio trabalho, desmerecendo a atividade correlata do concorrente. Como afirma Maingueneau (1989, p. 58), “não é possível compreender o discurso histórico, desvinculando seu conteúdo das instituições que o produzem”, entendendo-se por instituição “todo comportamento mais ou menos coletivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção sem ser enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição” (FOUCAULT, 1999a, p. 247). Sabendo-se que, na cidade, havia duas rádios, que mantinham um conflito explícito motivado por razões político-partidárias, começa a compreensão das modalidades enunciativas realizadas nos enunciados destacados. Dado o conflito e a concorrência vividos pelas emissoras era de se esperar que elas se referissem a si mesmas como realizando coberturas bem feitas, enquanto a referência ao concorrente fosse feita por meio de um discurso disfórico.

Considerados os elementos contextuais fornecidos acima e tendo presente o conceito de pressuposição (DUCROT, 1987, p. 216), que apresenta dois enunciadores, E_1 e E_2 , responsáveis, respectivamente, pelos conteúdos pressuposto e posto; e ainda a idéia de que o enunciador E_2 é assimilado ao locutor, o que permite realizar um ato de afirmação enquanto o enunciador E_1 é assimilado a uma certa voz coletiva, no interior da qual o locutor está localizado, pode-se explicar o uso dos ingredientes lingüísticos *primeira, ininterruptamente, nós, o possível, nossos ouvintes, a par, apenas, seus ouvintes, tempo real, esforçado e primeira mão*, que, dentre outros, fazem o interlocutor pressupor que *a outra rádio foi a segunda a cobrir ininterruptamente o seqüestro*; que *a outra emissora não tinha feito o possível para manter os seus ouvintes informados sobre o seqüestro*; que *ela não mantinha seus ouvintes informados em tempo real* e que *os seus repórteres não estavam se esforçando para trazer em primeira mão as informações* – pressupostos inferidos a partir da análise dos enunciados destacados.

Considere-se apenas um desses casos para ilustrar como se aplica a teoria polifônica da pressuposição apresentada acima: o leitor poderá fazê-lo com relação a todos os outros casos em que a reflexão é possível. Em *a rádio x foi a primeira a começar a cobrir ininterruptamente o triste episódio*, podem ser derivados alguns conteúdos pressupostos, tais como: a) há outras rádios além daquela que produz o enunciado; b) se esta foi a primeira, pelo menos, uma outra deve ter vindo após: a segunda; c) a cobertura do evento não era feita de forma ininterrupta e passou a ser. Poder-se-ia dizer que, ao lado do conteúdo posto (*a rádio x foi a primeira a começar a cobrir ininterruptamente o triste episódio*), pelo qual o locutor atual, assimilado a E_2 , responsabiliza-se, há um conteúdo pressuposto (neste caso, *a rádio y foi a segunda a começar a cobrir ininterruptamente o triste episódio*), atribuível a um enunciador genérico ou a uma voz coletiva, E_1 , que o locutor mantém à distância, neste caso, desmerecendo-a. Concomitantemente, portanto, à busca de manter o público informado, há uma competição se desenrolando entre

as duas emissoras, cada uma delas buscando construir junto ao público uma imagem de competência, compromisso e trabalho. Em cada conteúdo posto, há uma afirmação positiva em relação à rádio locutora; em cada conteúdo pressuposto, há, implícita, uma afirmação negativa em relação ao concorrente.

Ainda que o acontecimento objeto do discurso se referisse a um ato violento, que punha em sobressalto duas famílias (ou três, se for o caso, já que bandidos também têm família), as duas rádios buscavam desmerecer uma à outra, objetivando construir uma auto-imagem positiva, valendo-se, para tanto, da desgraça alheia. Ou seja, competição, disputa, confronto, domínio do mercado e retorno financeiro eram sobrepostos a um evento que poderia redundar em morte. Eis o que caracterizava as atitudes destes dois meios de comunicação no momento em que eram observados: autopromoção à custa das pessoas atingidas pelo evento violento. Como alerta Foucault (1996, p. 8), dever-se-ia ser conduzido pela “inquietação de sentir sob [o discurso, cotidiano e cinzento], poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperezas”.

O terceiro plano enunciativo, mesmo relacionado aos enunciados lingüísticos proferidos, chamava a atenção para os sujeitos que os proferiam. Tratava-se, neste caso, como afirma Foucault (1996, p. 36), de perceber a imposição, sobre os indivíduos que pronunciavam os discursos: “certo número de regras [que] não [permitem] que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”.

Como as duas rádios eram adversárias políticas, os sujeitos entrevistados eram, recorrentemente, aqueles que se alinhavam politicamente à emissora; os chamados a emitirem julgamentos sobre o episódio, também. Na cidade, o poder político sempre esteve ou nas mãos de partidários de X ou de Y. Candidatos eleitos por quaisquer partidos, chegados

à câmara, imediatamente se alinham a uma ou outra destas duas agremiações. A bem da verdade, a disputa nem chega a ter um caráter ideológico, pois é pautada em questões ligadas à tradição e a grupos detentores do poder econômico, que competem entre si neste terreno.

As duas emissoras, portanto, pertencentes a este ou àquele grupo selecionavam os sujeitos que podiam se pronunciar sobre o episódio, embora, na maioria dos casos, eles não tivessem nada de relevante a dizer:

13. Queremos dizer à família que estamos torcendo por eles
14. Estamos envidando esforços para que o seqüestro termine o mais rápido possível
15. Fatos como este são lamentáveis para a comunidade em geral
16. De minha parte, tenho feito o que está ao meu alcance para ajudar.

Trata-se, como se percebe, de enunciados vazios que não carregam um valor informativo significativo. Seu valor não está na carga informacional que possuem, mas no próprio fato de serem proferidos: é uma questão mais de enunciação do que de enunciado; mais de processo do que de produto. O que os sustenta é o fato de dar voz a quem os profere, mantendo-o presente na consciência coletiva, mesmo que esta pessoa, diante da impotência de fazer algo sobre a situação dada, só possa produzir um discurso caracterizado pela retórica vazia.

Pode-se afirmar, em relação a este terceiro conjunto de enunciados, assim como se fez em relação ao segundo, que, apesar de vidas estarem em jogo, famílias estarem vivendo um momento dramático e a comunidade estar em crise pela sensação de insegurança que a dominava, as emissoras de rádio aproveitavam o momento para promoverem e darem evidência e visibilidade aos seus simpatizantes políticos. Ao lado, portanto, da busca de auto-engrandecimento, as rádios promoviam politicamente os seus aliados, valendo-se, para isto, de um acontecimento dramático.

Em resumo, usando um fato violento que poderia causar morte, as rádios, indistintamente, buscavam sua autopromoção como meio de

comunicação, a promoção do seu grupo de partidários políticos e, por fim, o fortalecimento e a hegemonia do seu poder econômico na cidade.

Como afirma Bakhtin (1997, p. 121), “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo”. Embora não se possa afirmar que as emissoras tivessem plena consciência de suas atitudes elas produziam os discursos e os enunciados que, institucionalmente, deveriam ser publicados. Cada conteúdo proferido vinha filtrado por uma posição sócio-ideológica que, inconsciente ou não, definia o que podia e devia ser dito e quem poderia fazê-lo, o que não altera a desumanidade e a violência do seu comportamento.

Mais aterrador do que isso, foi o desfecho do episódio após sete dias, número emblemático, neste caso, já que o episódio serviu para criar um mundo que antes não existia. Vendo que as negociações não surtiam efeito, o grupo de operações especiais explodiu a porta, invadiu o recinto protegido por escudos à prova de bala e matou os seqüestradores: a mulher que era refém levou um tiro, atribuído aos bandidos. O desenlace foi comemorado pela população e pelas rádios, que vibraram com a “punição justa e merecida que os meliantes tinham recebido”. O cortejo que retirou os corpos e os conduziu para fora da cidade adquiriu ares de desfile comemorativo. Impossível deixar de ouvir Freud (1997, p. 67):

O elemento de verdade por trás disso tudo, elemento que as pessoas estão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. Em resultado disso, o seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, utilizá-lo sexualmente sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo.

Espera-se ter demonstrado que a cobertura das duas rádios sobre o seqüestro ocorrido, por meio dos três eixos organizadores dos enunciados proferidos – conteúdo informacional, busca de autopromoção e promoção de aliados políticos –, pode ser caracterizada como violenta e desumana. Durante certo tempo, parecia que o que se viu acontecer de perto tivesse uma abrangência local. No entanto, observando os enunciados proferidos por outros veículos de comunicação, desta vez, a grande imprensa, percebeu-se que essa atitude é mais geral do que se imaginava. Os enunciados analisados a seguir se destinam à busca de demonstração deste ponto de vista.

PARA RATIFICAR A HIPÓTESE

Na ocasião em que uma mulher chamada Cristina, esposa de um grande empresário de São Paulo, foi seqüestrada e se noticiava o acontecimento em todos os canais de televisão, um telefonema dado pelos seqüestradores para a família da vítima foi gravado e o programa da rede de televisão obteve a gravação da conversa e a fez ser ouvida durante a apresentação. Ao abordar o tema, o apresentador noticiou a obtenção da gravação nestes termos:

17. O trecho da ligação, obtido com exclusividade pelo programa x, contém a voz de Cristina, esposa do empresário.

Na fita, podiam ser ouvidas as vozes do esposo de Cristina, da própria Cristina e de um dos seqüestradores, que anunciava o montante do resgate e proferia ameaças. Cristina chorava e apelava para que a família atendesse ao pedido. Do mesmo modo que no episódio relatado antes, também aqui a matéria se relacionava a um episódio violento que punha em perigo uma vida humana. Tratava-se, também neste caso, do seqüestro de uma pessoa de posses tomada como refém, tendo sua vida ameaçada, caso a solicitação de resgate não fosse atendida. O fato de a imprensa dedicar atenção a estas notícias indica a atitude sensacionalista

que a caracteriza. Acresça-se a isso a forma de apresentação da notícia, a encenação que a acompanha e a construção narrativa com que vem articulada, para que se tenha uma aproximação razoável de como a imprensa lida com o cotidiano.

Chama a atenção no enunciado em análise a expressão “com exclusividade”. Antes de qualquer outra coisa, é necessário perceber que o termo toma como recorte de referência das pessoas que tiveram acesso à fita em pauta apenas aquelas que tinham algum tipo de relação com o programa apresentado, o que significa que apenas elas tiveram acesso a uma informação ou dado de relevância para a imprensa naquele momento. Isto cria em relação ao locutor e ao programa um efeito de agilidade, de competência e de sagacidade. Neste primeiro caso, pode-se dizer que os efeitos são criados pelo locutor em relação a si mesmo e à sua equipe de trabalho: uma questão de auto-representação.

Em seguida, o uso da expressão permite dizer que o locutor cria, diante do espectador, um efeito de sentido segundo o qual os cedentes da fita e dos direitos exclusivos de uso da mesma o valorizam positivamente, eles o julgam digno de credibilidade e o consideram portador de representatividade. Seja em relação à imagem que constrói de si mesmo, seja em relação àquela que simula ter seu interlocutor sobre ele e o programa, o locutor busca representar e ser representado com valores positivos, que o caracterizam como construtor de uma imprensa séria e competente: um bom conjunto de dividendos obtido a partir de um fato violento: o seqüestro de uma pessoa que corre risco de morte. Como se vê, a busca de obtenção de ganhos não poupa nem os momentos em que ameaças pairam sobre a vida.

Por fim, cabe observar que a expressão leva a inferir que, enquanto o locutor teve acesso à fita, outros, portadores de traços que se contrapõem àqueles associados a ele, todos lidos no diapasão negativo, não tiveram acesso ao documento, o que os coloca numa escala inferior à do produtor do enunciado: a não obtenção da gravação pelos concorrentes é caracterizada como negativa, buscando revelar a sua

incompetência e despreparo. Paralelamente ao conjunto de imagens positivas, cria-se, neste caso, um conjunto de outras, negativas, em relação aos competidores, o que ratifica a auto-representação eufórica do locutor, revelando uma competição entre os meios de comunicação, tecida sobre o drama. No fundo, poder-se-ia dizer que tudo isso permite detectar um paradoxo: o enunciado portador da expressão em análise, que se destina a criar um efeito de sentido positivo do locutor, do programa e da rede de televisão que o veiculam, na verdade, ressalta a sua desumanidade.

Mais do que se preocuparem com a vida de pessoas que passam por situações de alto risco, preocupação que poderia humanizar os meios de comunicação e ajudá-los a resolver alguns casos em benefício das vítimas, o que eles procuram é a autopromoção e a obtenção de ganhos, mesmo que as notícias estejam ligadas a situações que atentam contra a vida humana. Embora parte dos enunciados relativos ao conteúdo da notícia tenham uma função referencial ou denotativa, às vezes, tornam-se pano de fundo para o auto-elogio e um trunfo contra o concorrente.

Não parece necessário comentar com mais demora ou detalhes os demais exemplos. Certamente, a contextualização de cada enunciado e o destaque das expressões relevantes são suficientes para que o leitor possa reaplicar as reflexões desenvolvidas neste trabalho. O primeiro enunciado se refere a um episódio ocorrido no Rio de Janeiro, quando um jovem, usando uma moça como escudo, assaltou e tomou em seqüestro o ônibus 174, e sendo preso e morto pela polícia, aparentemente. Neste caso, a expressão que merece destaque é “em primeiríssima mão”. O segundo diz respeito ao episódio do massacre ocorrido na Candelária, no Rio de Janeiro, quando um grupo de menores foi chacinado numa operação da polícia. O enunciado foi proferido no momento em que se soube que os matadores eram policiais e a expressão que chama a atenção é “Furo de reportagem”.

18. Notícia dada, em primeiríssima mão, pela x: recebemos agora esta informação e somos os primeiros a fazê-la circular em cadeia nacional

19. Furo de reportagem: os investigadores da chacina de menores da Candelária acabam de saber que os responsáveis pelas mortes são policiais do Rio de Janeiro.

Tudo o que foi dito em relação ao episódio mais exaustivamente relatado e também em relação ao enunciado 17 pode ser igualmente aplicado aos enunciados 18 e 19. Deve-se também levar em consideração, nos dois enunciados anteriores, as expressões “somos os primeiros” e “acabam de saber”, que contribuem para ratificar e reiterar os efeitos de sentido sugeridos pelas expressões “em primeiríssima mão” e “Furo de reportagem”. O auto-elogio e o demérito do concorrente, a competição e a busca de respaldo para o trabalho realizado, a tentativa de trazer o público para junto de si e o objetivo de perseguir a supremacia, se não a hegemonia diante de outros meios de comunicação, se denunciam também nestes casos, através da notícia de episódios violentos e que atentam contra a vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, cabe realizar algumas breves reflexões que, de certa forma, amenizam o quadro desenhado. Espera-se que elas sirvam para colocar a discussão numa base teórica mais razoável e desculpabilizar, um pouco, as pessoas empíricas que produziram estas formas de enunciado. Para Chartier (1990, p. 17), as práticas culturais

se referem às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, elas são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o

presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.

Embora os enunciados produzidos sempre dependam de um locutor que os profira e um enunciador que se responsabilize pelo ponto de vista expresso, isto não se dá de maneira subjetiva, no sentido espontaneísta. Postos em espaços institucionais históricos que competem entre si, os homens se vêem na contingência de assumir posições, defender pontos de vista e se fazer porta-vozes de discursos que são orientados por esquemas intelectuais incorporados e por disposições estáveis partilhadas pelo grupo de que fazem parte. Em geral, essas atitudes e assunção de valores se dão de forma inconsciente, pois se encaixam em práticas discursivas já estatuídas e definidoras das posições sociais a serem assumidas. Com isso, afirma-se que a responsabilidade pela produção dos enunciados se deve mais à instituição a que o locutor se vincula do que a ele próprio, pois ele se conduz discursivamente pelas figuras que incorporou, lendo o presente e decifrando o espaço a partir das mesmas. Cabe ouvir Foucault (1999a, p. 30) mais uma vez, para quem cabe à história ser “o conhecimento diferencial das energias e desfalecimentos, das alturas e desmoronamentos, dos venenos e contravenenos. Ela tem quer ser a ciência dos remédios”.

Como afirma Bakhtin (1997, p. 58), “o indivíduo enquanto detentor dos conteúdos de sua consciência, enquanto autor dos seus pensamentos, enquanto personalidade responsável por seus pensamentos e por seus desejos, apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico”. Com base na afirmação do autor, deve-se assumir, por decorrência, que a consciência humana é fruto dos contatos sociais estabelecidos, dos lugares sociais em que vive e das instituições sociais de que faz parte. O indivíduo, desenvolva a profissão que for ou ocupe os papéis que ocupar, é, sempre, relativamente determinado pelo meio social que o circunda, que lhe diz como pensar, o que dizer e que atitudes ter frente a determinados acontecimentos. Essas percepções, todavia, se amenizam a tese de desumanidade em relação aos locutores dos discursos

veiculados pelos meios de comunicação, não realizam o mesmo em relação às instituições. Estas, de fato, vivem em acirrada competição pela supremacia e hegemonia em áreas de atuação social ou econômica, o que, ainda assim, não redime os indivíduos que nelas atuam, já que instituições não se fazem em abstrato, mas por meio do agrupamento de pessoas.

Para Maingueneau (2005, p. 113), a polêmica “introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse outro só entra anulado enquanto tal, simulacro”, o que significa que o espaço de competição percebido nas análises faz parte da natureza do discurso, que pretende a hegemonia no espaço discursivo. Porém, embora ela seja “natural”, conforme o autor acima, “porque, sem essa relação com o Outro, sem essa fala que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se” (p. 118), isto não pode servir como paliativo para que vidas sejam usadas para fins oportunistas.

THE NEWS: SOMETIMES AN INHUMAN DISCURSIVE PRACTICE

ABSTRACT

In this article, by using in a more accurate way an episode of the kidnapping of a family and the discursive practices of two radio stations that covered the event as well as some short news casts, it is possible to point out some attitudes the media demonstrates such as the self-compliment, the putting-down of the competition and the search for hegemony inside in its discursive field. The media do not hesitate in self promotion even when lives are at risk.

KEY WORDS: cultural ballast, discursive practices, news.

NOTAS

- 1 Para efeito das reflexões e da discussão que serão apresentadas neste trabalho, optou-se por mencionar os fatos ocorridos ou enunciados proferidos, sem mencionar os nomes, seja de locais, seja de pessoas. Lida-se, portanto, com pecados e não com pecadores. O leitor saberá avaliar a

pertinência da discussão e saberá encontrar outros exemplos que confirmem ou não os fatos discutidos.

- 2 Julga-se desnecessário distinguir que enunciados foram produzidos por cada uma das emissoras de rádio, dado que, embora eles pudessem ter sido produzidos com formas lingüísticas distintas, tinham como princípio de valor o mesmo eixo, ou seja, criar uma auto-representação positiva do veículo de comunicação que os profere.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *O que é um autor*. Tradução de António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja Passagens, 1992.

_____. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramallete. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar da civilização*. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GADET, Françoise & HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti). Curitiba: Criar Edições, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2. ed. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Ler o arquivo hoje. Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. *Gestos de leitura*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 55-66, 1997.